



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 506-A, DE  
2010  
(DO Sr. Arthur Virgílio e outros)**

*Acrescenta o artigo 98 ao Ato das  
Disposições Constitucionais  
Transitórias.*

**EMENDA Nº \_\_\_\_/2013  
(Dos Srs. Davi Alcolumbre e Marcio Junqueira)**

Art. 1º. Inclua-se no art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias introduzido por esta PEC, o seguinte § 1º:

“Art. 1º. ....  
    ‘Art.98.....  
    § 1º. Aplica-se o disposto no *caput* , às seguintes regiões reconhecidas como “áreas de livre comércio”:  
        a) Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas;  
        b) Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá;  
        c) Município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia;  
        d) Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima;  
        e) Município de Brasília, com extensão nos municípios de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.’  
    **(NR).**  
.....”

**JUSTIFICATIVA**

As Áreas de Livre Comércio (ALC) foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e no Amapá, com o intuito de promover o desenvolvimento industrial da região amazônica.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

São oferecidos benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, com incentivos do IPI e do ICMS, proporcionando melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos.

Assim como a Zona Franca de Manaus e, depois, o Pólo Industrial de Manaus, as Áreas de Livre Comércio são apoiadas por uma política de incentivos fiscais e tecnológicos, que vêm promovendo um intenso crescimento da região, sem ofensa ao meio-ambiente e com índices crescentes de melhoria das condições sócio-econômicas da população envolvida.

Por estas razões é que se busca, na presente emenda, garantir que as áreas de livre comércio já criadas pela legislação infraconstitucional tenham seu funcionamento pelo mesmo prazo assegurado à Zona Franca de Manaus.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado DAVI ALCOLUMBRE  
DEM/AP

Deputado MARCIO JUNQUEIRA  
DEM/RR